



**Jornal Afinal e os debates públicos acerca política catarinense no início da década de
1980**

ARIELLE ROSA RODRIGUES*

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Bolsista CAPES.

Resumo: A segunda metade do século XX foi por caracterizada intensos acontecimentos políticos, sociais, culturais e econômicos. A eclosão da chamada Guerra Fria, a instauração de governos militares ditatoriais em países da América Latina e os processos de independência de países do continente africano são alguns dos processos históricos que se desenrolaram neste espaço de tempo. A imprensa escrita brasileira não ficou alheia a estes eventos e seus desdobramentos, produziu e reproduziu informações, opiniões e imagens, tornando-se, desse modo, um espaço de circulação de ideias e debates. No entanto, para além dos periódicos provenientes dos grandes conglomerados jornalísticos, jornais caracterizados por uma produção independente se constituíram igualmente enquanto locais de discussão acerca da realidade vivenciada durante o momento em que estavam sendo propagados. Durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) houve um progressivo aumento na circulação de jornais impressos que não possuíam vínculos com a chamada grande imprensa e que tinham como seus objetivos principais, na maioria dos casos, denunciar e refletir acerca da situação sócio-política que assolava o país naqueles anos. Esse tipo de produção jornalística foi denominado de imprensa alternativa e esteve presente em todos os estados da federação. Aos jornais que compunham a imprensa alternativa na época da ditadura civil-militar era também característico o posicionamento crítico diante do que noticiavam conjuntamente com a parcialidade de ser contra o regime político vigente o país. No estado de Santa Catarina (SC), um dos representantes desse tipo de imprensa foi o jornal Afinal. Fundado em maio de 1980 na cidade de Florianópolis (SC), o periódico apresentou duração de pouco mais de um ano, sendo sua última edição publicada em julho de 1981. Conhecido por realizar em suas páginas discussões acaloradas sobre a situação política nacional, estadual e local, o jornal constituiu-se, entre outras coisas, em um espaço aonde a exposição de ideias e opiniões críticas fundamentadas eram valorizadas e publicadas. Assim a presente comunicação oral problematizará, através dos pressupostos metodológicos da Análise do Conteúdo, como o jornal Afinal se propôs a debater questões políticas do âmbito estadual oriundas do tempo presente em que estava inserido.

Palavras-Chaves: Imprensa alternativa, política, Jornal Afinal, ditadura civil-militar brasileira, Santa Catarina.

Fontes são históricas, têm sua história, porém não são história. Esta somos nós,
historiadores, os encarregados de contar.

Luisa Tombini Wittmann

Da seleção de fontes feita pelos profissionais em História na tentativa de narrar um evento advém reflexões importantes do nosso ofício como quando a fonte foi produzida, quem a produziu e com que finalidade a produziu, apenas para citar alguns exemplos. Atentar a essas questões é reconhecer que, tal como elucida a epígrafe deste texto, as fontes com as quais trabalhamos também são passíveis de historicização uma vez que elas nos oferecem, quando indagadas, indícios que nos ajudam a compreender um determinado momento histórico.

Não fugindo as premissas acima pontuadas, ao realizar uma pesquisa em periódicos, tais cuidados na maneira de questionar as publicações enquanto fontes históricas requer, igualmente, que se leve em conta nas análises que serão empreendidas questões relacionadas ao corpo editorial, seu período de circulação, suas características físicas, o tipo de imprensa a que está vinculado entre outras. Nesse sentido, a historiadora Tânia Regina de Luca pondera que os periódicos são formados por discursos que adquirem “significados de muitas formas” (LUCA, 2008, p.140) além de serem resultados de “empreendimentos coletivos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.” (LUCA, 2008, p.140). Assim, ao escolher como fonte para a elaboração das reflexões que se lerão a seguir um jornal que compôs a imprensa alternativa¹ catarinense no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)² as constatações iniciais aqui feitas compõe uma dimensão essencial do trabalho analítico a ser desenvolvido, que está aportado metodologicamente na Análise de Conteúdo³ tal como a concebe a linguista francesa Laurence Bardin.

Iniciando sua circulação no ano de 1980, o *Jornal Afinal*⁴ foi o mais importante periódico alternativo que circulou em solo catarinense no período ditatorial. Sua duração foi de pouco mais de um ano, sendo seu término datado de 1981 quando foi posta em circulação sua última edição, a 13ª. Sua periodicidade variava entre mensal e bimestral e seu tom jornalístico que mesclava objetividade e seriedade com escracho foi uma de suas marcas registradas. Voltado para as questões políticas oriundas do seu tempo presente, o jornal procurou se constituir enquanto uma alternativa de informação para Santa Catarina na medida em que ia à contracorrente do que era veiculado pela grande mídia⁵ complacente aos interesses

¹ Breves comentários sobre este tipo de imprensa conjuntamente com algumas indicações bibliográficas serão feitos no decorrer deste texto.

² Denomina-se esse período de ditadura civil-militar a partir das considerações tecidas pelo historiador Daniel Aarão Reis em seu artigo intitulado de Ditadura, anistia e reconciliação. Neste texto Aarão expõe três razões para que a ditadura inaugurada em 1964 seja denominada de civil-militar, são eles: 1º - as Marchas da Família com Deus e pela Liberdade; 2º - Altos índices de popularidade do general Garrastazu Médici 3º - Expressivas votações obtidas pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nas últimas eleições sob a ditadura que foi realizada em 1978

³ A descrição pormenorizada deste método analítico não será efetuada neste texto por questões de espaço e por sua densidade, mas, em linhas gerais o método propõe uma análise quantitativa e qualitativa do objeto em questão através do exercício de uma série de procedimentos que permitem esquadriñar, a partir de uma série de análises de dados, o objeto de maneira pormenorizada A autora Laurence Bardin é autora do livro Análise de Conteúdo publicado na França na década de 1970.

⁴ A trajetória histórica do *Jornal Afinal* foi esboçada no primeiro capítulo do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido em 4 de dezembro de 2015 no Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED/UDESC)

⁵ Por grande imprensa compreendo os veículos de comunicação que estão atrelados a lógica empresarial de produção que apresentam ligações, em alguma medida, com os grupos de poder. Ver mais: Barbosa (2013).

governamentais e empresariais pois, de acordo com o publicado na 1ª edição (Maio de 1980), o:

Afinal surge como alternativa de se furar esse bloqueio. Nosso compromisso é com o leitor, somente com ele. Por isso, a partir de agora, os desmandos, a corrupção, as arbitrariedades, o sofrimento do povo voltam a ser denunciadas em páginas de jornal. Nestas páginas (*AFINAL*, maio de 1980).

Ao denunciar em suas notas, reportagens e até mesmo por cartas recebidas de leitores as arbitrariedades, os desmandos cometidos contra o povo catarinense, o jornal alinhou-se com características da produção jornalística alternativa que foram pontuadas pelo jornalista Bernardo Kucinski e pela historiadora Maria Aparecida de Aquino. Para Kucinski:

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e o respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se, por princípio ao discurso oficial. (KUCINSKI, 2003, p.13/14).

Maria Aparecida de Aquino complementa a reflexão de Kucinski ao pontuar que:

A [imprensa] alternativa não se pretende neutra, assumindo-se a serviço da defesa de interesses de grupos como, por exemplo, partidos, sindicatos, associações, minorias raciais e sexuais, e mesmo religiosas. Faz um jornalismo engajado, orientado a não separar a informação da opinião. (AQUINO, 1999, p.122).

Assim, ao apresentar, no decorrer de suas edições, um discurso posicionado e objetivo contra a ditadura civil-militar, o *Jornal Afinal* posicionou-se abertamente, sua pretensão enquanto periódico jamais foi ser neutro diante da realidade que o país e, principalmente Santa Catarina estava vivenciando. Suas reportagens nos permitem compreender como, para o jornal, a esfera política⁶ ultrapassava as altas esferas de poder e mostrava a sua face no cotidiano, por vezes mais ordinário, da população. Ao analisa-las nesse texto tentara-se evidenciar como as denúncias foram elaboradas pelo jornal com o intuito de tornar público como os desmandos e corrupções praticadas pelo governo nos reverberavam mais diferentes âmbitos da vida.

⁶ Por esfera política compreendo os mais variados espaços onde são exercidas, de maneira direta ou indireta, ações que apresentam, no seu interior, cunho político. Ressalto que o conceito de política aqui está sendo empregado de acordo com as discussões realizadas por Norberto Bobbio em seu verbete intitulado de *Política* presente no Dicionário de Política publicado, no Brasil, em 1998, pela Editora da Universidade de Brasília (UnB). Segundo Bobbio, de maneira geral, na época moderna, o conceito de política passa a ser usado “para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como o termo de referência a pólis, ou seja, o Estado.” (BOBBIO, 1998, p. 954).

Na 2ª edição do jornal (Maio de 1980) foi publicada, na seção Feira Livre, uma nota sem autoria intitulada “Quem paga o leite dos filhos do governador?”. Nela foi exposta como funcionários públicos estavam sofrendo pressões para se filiar ao Partido Democrático Social (PDS), partido do governador da época Jorge Konder Bornhausen. Segundo a nota:

AFINAL denunciou em seu primeiro número: os servidores públicos mais qualificados estão sendo obrigados a assinar a ficha do PDS, e o que é pior, a contribuir com uma parte do salário para a manutenção do partido.

Alguns destes servidores informaram que a obrigação se impõe a partir do seguinte raciocínio: é o governo do PDS que lhes paga o salário e lhes consegue o emprego, portanto o servidor deve retribuir tais “favores” com a filiação e a contribuição mensal que vai engordar os cofres do partido.

O contribuinte “voluntário” pode manifestar seu desagrado e até reclamar. Mas fica claramente subentendido as ameaças, que vão desde o boicote em promoções eventuais, até a demissão pura e simples. (AFINAL, Maio de 1980, p.5).

Na continuação da nota, foi feita a constatação de que com essas práticas de coação no funcionalismo público o PDS estava violando os direitos de cidadania, pois:

Muitos não se deixam enganar por estes argumentos falsos e artificiosos. Mas acabam cedendo às pressões, cada vez menos sutis.

O governo do PDS está violando flagrantemente os direitos de cidadania. Estas pressões, mais do que imorais, são ilegais. O funcionários que não quiser aceitar a imposição pedessista, pode impetrar madado de segurança caso sofra qualquer prejuízo funcional ou pessoal. É só provar a coação.

Quando um político do PDS, ou de qualquer outro partido, consegue um emprego para alguém no serviço público, não está fazendo nenhum favor. Não está sendo “generoso”. Entretanto, o trabalho, antes de ser um dever, é um direito. Todos têm direito a um trabalho digno, capaz de proporcionar para si e sua família uma subsistência digna.

A malandragem dos maus políticos é que os fazem credores de um ato de benevolência, que não existe. (AFINAL, Maio de 1980, p.5).

É possível perceber, pelo teor da nota publicada, que o jornal repudiava veemente a práticas políticas autoritárias por parte do governo e lutava para que a população fosse possível condição de vida digna numa sociedade justa e livre, o que, naquele período, configurava uma bandeira de luta do jornal. Além disso, a partir dos trechos da nota acima citados, podemos observar como decisões políticas afetavam diretamente a vida do/a trabalhador/a. Muitos funcionários, de acordo com a nota, ao se submeterem mesmo sendo contrários a tais práticas, possivelmente o faziam para garantir o emprego e conseqüentemente o seu sustento, mais ainda, provavelmente tinham a consciência de que desafiar o governo era demissão e dificuldade para conseguir outro emprego.

Se esse tipo de coação foi denunciada na 2ª edição, na 3ª edição (Junho de 1980) foi veiculada uma reportagem de autoria de Jurandir Pires de Camargo abordando o processo que estava sendo movido contra o Tribunal de Contas (TC) do estado por pagamento de gratificações ilegais. Sob o título “Gratificação ilegal no Tribunal de Contas. Vão ter que devolver” a matéria contém minúcias da denúncia feita pelo desembargador de justiça Marcílio João da Silva Medeiros por conta de pagamentos ilegais efetuados no interior do TC. De acordo com a reportagem:

Se a justiça der razão para o senhor Marcílio João da Silva de Medeiros, numa ação popular que ele move contra o Estado de Santa Catarina, 14 conselheiros e auditores do Tribunal de Contas serão obrigados, pela lei, a devolver dinheiro aos cofres públicos.

O senhor Marcílio João da Silva de Medeiros é desembargador no Tribunal de Justiça, e está acusando os conselheiros e auditores do TC de receberem uma gratificação mensal recheada de ilegalidade.

E a grana é alta. Vamos ver. Só no mês de abril, com base no valor da gratificação – 12 mil e 958 cruzeiros e 20 centavos - se todos os conselheiros e auditores participaram de sessões receberam dos cofres do governo 201 mil e 572 cruzeiros. Em maio, como a gratificação já subiu para 20 mil e 734 cruzeiros e 40 centavos, levaram mais 290 mil 281 cruzeiros e 60 centavos. Isto é, quase 500 mil cruzeiros só em dois meses.

Acontece que esses senhores do Tribunal de Contas não têm direito algum, de acordo com a lei, de se servir deste dinheiro. É o que o desembargador Marcílio João da Silva de Medeiros denuncia na ação popular, que vai ser julgada na Vara de Fazenda Pública de Florianópolis. (*AFINAL*, Junho de 1980, p. 10).

Após essa explanação dos valores envolvidos nas transações financeiras ilegais do TC, a reportagem prossegue listando o nome das 14 pessoas envolvidas neste processo e os motivos legais que levam tais gratificações a serem consideradas ilegais juridicamente. Seu término se deu da seguinte maneira:

Segundo a ação, além de descumprir a Constituição Estadual, de ter vícios de forma, o dispositivo incorre no que o desembargador classifica como ilegalidade do objeto. Isto é, um ato violou leis, regulamentos e atos normativos. O que suficiente para tornar nula a resolução do tribunal, obrigando os conselheiros e auditores a reporem o que receberam indevidamente.

Só para encerrar, mais um trecho da ação popular:

“Numa época de tantas dificuldades para o nosso país, que se defronta com graves problemas econômicos e financeiros, nestes dias dramáticos de repetidas reivindicações salariais da classe operária, reclamando melhor remuneração, a vantagem combatida, gerada ao arripio da lei, agride a face do povo: não pode subsistir.”.

Agora, meus senhores, resta saber se o governador Jorge Konder Bornhausen criará uma lei para legalizar a gratificação dos conselheiros e auditores do Tribunal de Contas ou se vamos mesmo ver esses mesmos conselheiros e auditores remexendo seus bolsos para repor dinheiro legal. (*AFINAL*, Junho de 1980, p. 10).

A denúncia do esquema de corrupção no interior do Tribunal de Conta do Estado de Santa Catarina não foi a única presente no tempo em que o jornal esteve em circulação, sua visibilidade, porém, logo nas primeiras edições viria a dar o tom crítico e claro as matérias. Seu objetivo era, possivelmente, que tais ações viessem à tona e que a população tomasse conhecimento e se rebelasse contra os governantes, mais ainda, era desejo primeiro do jornal que pessoas ligadas ao poder e ao governo que cometessem atos ilegais e que prejudicassem o estado fossem conhecidas e suas atitudes confrontadas. Cabe ressaltar também que a forma como a narrativa da reportagem foi construída revela que houve pesquisa e entendimento do que estava sendo trazido ao conhecimento público.

No entanto, para além das filiações partidárias e dos escândalos de corrupção dentro de órgãos oficiais, o jornal noticiou como a falta de banheiros públicos que não eram providenciados pelas prefeituras. Na matéria “Nas calças é que não dá” publicada na 6ª edição (Outubro de 1980), o fotógrafo J.Rocco registrou como pessoas que trabalham no Mercado Público Municipal e seus usuários são obrigados a procurar espaços alternativos quando apresentam a necessidade fisiológica de ir ao banheiro. Após as imagens de pessoas urinando em vias públicas ou entre carros estacionados nas ruas do centro da cidade de Florianópolis, o jornal fez o seguinte comentário:

Nem mesmo nos bares que funcionam no mercado público de Florianópolis há banheiros públicos. O pessoal que trabalha ali, tem que resolver seu problema aliviando a bexiga entre os automóveis estacionados no aterro da Bahia Sul. O fotógrafo do AFINAL documentou tudo e a gente se pergunta: Será que as autoridades municipais acham que pobre não mijá? (*AFINAL*, Outubro de 1980, p.7).

Ao realizar essa questão o jornal pretendeu demonstrar, de acordo com a reportagem, que a ausência de banheiros municipais era de culpa das autoridades políticas responsáveis o jornal buscou enfatizar que a ineficiência da gestão pública afetava as necessidades mais básicas da população que transitava pelo espaço urbano. Soma-se a isso o fato de Florianópolis ser a capital do estado de Santa Catarina e o Mercado Público Municipal um seus pontos turísticos mais visitados e mesmo diante de tal situação o descaso governamental era notável. Essa reportagem, porém, não foi a única a refletir sobre a condição da cidade de Florianópolis e da gestão de seus administradores.

Durante toda a sua trajetória o jornal buscou combater e denunciar os mais diferentes tipos de arbitrariedades e corrupções políticas cometidas no período em que ele circulou. Seu término esteve associado a uma série de questões que envolveram enquadramento na Lei de

Segurança Nacional, racha interno e falta de recurso. No editorial da última edição, a 13^a (Julho de 1981), foi feita uma retrospectiva sobre o jornal e seus objetivos. Nas palavras do Conselho Editorial:

Quando em fevereiro do ano passado decidimos tentar romper com o domínio da imprensa atrelada ao poder ditatorial, sabíamos que nossas perspectivas futuras estariam condicionadas à incríveis dificuldades. Nosso projeto era ainda mais audacioso, pois pretendia-se independente e alternativo, submetido somente às decisões de nosso Conselho Editorial, sem vinculá-los a qualquer partido político. Queríamos demonstrar que o governador nomeado Jorge Konder Bornhausen e seus cupinchas, mesmo com o poder despótico em suas mãos, eram vulneráveis e muito flancos. Um deles, e o que desvendamos com a nossos leitores ao longo de um ano, era o predomínio da corrupção, das mordomias e dos empregos fantasmas. A manipulação descarada do dinheiro público, enquanto a população catarinense afunda na mais angustiante miséria, sem saneamento básico, sem escolas, sem habitação decente, é o resultado da imunda política bornhauseana. Mas o povo trabalhador está atento e enterrará para sempre os restos imorais das orgias palacianas.

[...]

O país – os catarinenses – está encontrando as formas de varrer do poder os usurpadores e construir uma nova sociedade libertária e igualitária, sem injustiças e exploração econômica. É nesse caminho que, apesar de retirarmos Afinal de circulação, nos reprojatamos na luta popular pela liberdade. Este é o nosso último exemplar, porque estamos unidos pela insatisfação e busca de um país digno de seu povo. (*AFINAL*, Julho de 1981).

Nesse sentido, ao término do jornal Afinal uma parcela de contribuição para lutar por condições mais dignas de vida para a população catarinense havia sido dada. Tal como esse texto pretendeu brevemente e de forma ensaística abordar, a política para o jornal Afinal estava presente em todos os espaços da vida, seja ela pública ou privada. Denunciar e trazer a tona pessoas e atitudes que atentavam contra o povo de Santa Catarina foi uma das marcas do jornal durante o pouco mais de um ano em que ele esteve em circulando pelo estado.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Marialva Carlos. **História da comunicação no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 1. 392p .

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O tempo passou na janela: imprensa, sociabilidades urbanas e espaço público durante a ditadura um tempo presente brasileiro (Florianópolis, SC, 1968-1985). In: Marieta de Moraes Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). **História do tempo presente**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, v. 1, p. 258-278.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada In: **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. BRANCHER, Ana Lize; LONH, Reinaldo Lindolfo (orgs). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. V.1, São Paulo: Contexto, 2005.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 23, nº 45, janeiro/junho de 2010, p.171 - 186.

RODRIGUES, Arielle Rosa. **Afinal: a trajetória de um periódico alternativo de Florianópolis (1980-1981)**. Florianópolis, UDESC, 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso), 1v, 69f.